

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 163.056 - MG (2018/0345265-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO BUZZI**  
**SUSCITANTE** : NACIONAL EXPRESSO LTDA  
**SUSCITANTE** : ROTAS DE VIAÇÃO DO TRIÂNGULO LTDA.  
**ADVOGADOS** : ADRIEL GARCIA GARZONI - MG105543  
NILVA APARECIDA BRAGA - MG117812  
BRUNA NASSIF DE MORAIS - MG185109  
**SUSCITADO** : JUÍZO DE DIREITO DA 7A VARA CÍVEL DE UBERLÂNDIA -  
MG  
**SUSCITADO** : JUÍZO DE DIREITO DA 10A VARA CÍVEL DE GOIÂNIA - GO  
**SUSCITADO** : JUÍZO DA 3A VARA DO TRABALHO DE UBERLÂNDIA - MG  
**INTERES.** : RONALDO NAVARRO

**DECISÃO**

Cuida-se de conflito positivo de competência, instaurado por NACIONAL EXPRESSO LTDA. e ROTAS DE VIAÇÃO DO TRIÂNGULO LTDA., envolvendo o r. Juízo de Direito da 7.<sup>a</sup> Vara Cível da Comarca de Uberlândia/MG, no qual se processa a recuperação judicial da primeira suscitante (Processo n.º 5002607-33.2016.8.13.0702), o Juízo de Direito da 10.<sup>a</sup> Vara Cível de Goiânia/GO, onde tramita o feito recuperacional das demais suscitantes (Processo n.º 2016.01.67246-7) e o Juízo da 3.<sup>a</sup> Vara do Trabalho de Uberlândia/MG, que processa a Reclamação Trabalhista n. 0010917-27.2018.5.03.0103, movida por Ronaldo Navarro, contra as suscitantes.

Afirmam que formularam pedido de recuperação judicial, cujo processamento foi deferido em 11/05/2016, pelo Juízo de Direito da 7.<sup>a</sup> Vara Cível da Comarca de Uberlândia/MG, em relação à NACIONAL EXPRESSO LTDA., e em 1º/06/2016, pelo Juízo de Direito da 10.<sup>a</sup> Vara Cível de Goiânia/GO, às empresas ROTAS DE VIAÇÃO DO TRIÂNGULO LTDA., VIAÇÃO ESTRELA LTDA. e EXPRESSO ARAGUARI LTDA., com posterior suspensão de atos executórios determinados em face das recuperandas.

Aduzem, contudo, que o r. Juízo da 3.<sup>a</sup> Vara do Trabalho de Uberlândia/MG, "*afirmou a sua competência para prosseguir com a execução em face das suscitantes*", todavia, "*(...) Em razão da Recuperação Judicial, a competência para os atos de execução é do JUÍZO DA RECUPERAÇÃO, nos termos da Lei n.º 11.101/2005, conforme sua exegese pacificada na jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça.*" (fl. 4).

Diante disso, postulam o deferimento de liminar "*que determine o*

sobrestamento do processo de execução trabalhista, número 0010917-27.2018.5.03.0103, em curso na 3ª Vara do Trabalho de Uberlândia/MG, com a consequente designação do juízo da 10ª Vara Cível da Comarca de Goiânia/GO (processo número 167246-80.2016.8.09.0051) e da 7ª Vara Cível da Comarca de Uberlândia/MG (processo número 5002607-33.2016.8.13.0702)." (fl. 6). **No mérito**, requer a declaração da competência dos juízos da recuperação, "da 7ª Vara Cível da Comarca de Uberlândia/MG (processo número 5002607-33.2016.8.13.0702) e 10ª Vara Cível da Comarca de Goiânia/GO (processo número 167246-80.2016.8.09.0051), para os atos executórios do crédito tirado na Reclamação Trabalhista número 0010917.27.2018.5.03.0103, em curso na 3ª Vara do Trabalho de Uberlândia/MG."

Às fls. 41/43 a Presidência desta Corte deferiu, em parte, o pedido liminar a fim de sobrestar "até a definitiva solução do presente conflito, os atos executórios do Juízo da 3ª Vara do Trabalho de Uberlândia (MG) nos autos da Reclamação Trabalhista n. 0010917.27-2018.5.03.0103."

Prestadas as informações (fls. 54-56, 48-50 e 61-68), o MPF opinou pela declaração de competência dos r. juízos universais. (fls. 72-75).

É o relatório.

**Decide-se.**

1. Inicialmente, destaca-se a competência deste Superior Tribunal de Justiça para o exame do presente incidente, uma vez que envolve juízos vinculados a Tribunais diversos, nos termos do que dispõe o artigo 105, inciso I, alínea "d", da Constituição Federal.

2. Iniciada a recuperação judicial, **é mister que os atos constritivos aos ativos da sociedade sejam submetidos ao Juízo Recuperacional, sob pena de esvaziamento dos propósitos da recuperação**, mesmo após transcorrido o prazo de 180 dias (art. 6º, § 4º, da Lei 11.101/2005). Nesse sentido, vale conferir os seguintes julgados:

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CRÉDITOS TRABALHISTAS. PENHORA ANTERIOR.

1. Encontra-se pacificado na jurisprudência desta Corte o entendimento de que, deferido o pedido de recuperação judicial, as ações e execuções trabalhistas devem prosseguir no âmbito do juízo universal, mesmo nos casos de penhora anterior ou naqueles em que ultrapassado o prazo de suspensão de que trata o artigo 6º, § 4, da Lei 11.101/2005.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no CC 146.036/RS, Rel. Ministro **RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/09/2016, DJe 20/09/2016)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO DE CUSTAS JUDICIAIS NO ÂMBITO TRABALHISTA. NATUREZA FISCAL. DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO FISCAL. NÃO OCORRÊNCIA. ART. 6º, § 7º, DA LEI Nº 11.101/05, COM A RESSALVA NELE PREVISTA. PRÁTICA DE ATOS QUE COMPROMETAM O PATRIMÔNIO DO DEVEDOR OU EXCLUAM PARTE DELE DO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE. POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRECEDENTES.

1. Em regra, uma vez deferido o processamento ou, a fortiori, aprovado o plano de recuperação judicial, revela-se incabível o prosseguimento automático das execuções individuais, mesmo após decorrido o prazo de 180 dias previsto no art. 6º, § 4, da Lei 11.101/2005. Precedentes.

(...) (AgRg no CC 116.594/GO, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/03/2012, DJe 19/03/2012)

**E ainda:** CC 131.894/SP, Rel. Ministro **RAUL ARAÚJO**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/02/2014, DJe 31/03/2014; CC 146.657/SP, Rel. Ministro **MOURA RIBEIRO**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/10/2016, DJe 07/12/2016.

**3.** Do exposto, com fundamento no art. 955, do NCPC **conheço** do presente conflito e, por conseguinte, declaro a competência do r. Juízo de Direito da 7.ª Vara Cível da Comarca de Uberlândia/MG, para a prática de atos constitutivos relativos à NACIONAL EXPRESSO LTDA., e do Juízo de Direito da 10.ª Vara Cível da Comarca de Goiânia/GO, no que diz respeito às suscitantes ROTAS DE VIAÇÃO DO TRIÂNGULO LTDA., VIAÇÃO ESTRELA LTDA. e EXPRESSO ARAGUARI LTDA., relativos à Reclamação Trabalhista n.º 0010917.27.2018.5.03.0103, movida por Ronaldo Navarro, contra as suscitantes, em trâmite perante o Juízo da 3.ª Vara do Trabalho de Uberlândia/MG.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI  
Relator